

VALORES CULTURAIS DA NATUREZA: O IMAGINÁRIO AMAZÔNICO COMO FONTE INEXPLORADA DE CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

INTRODUÇÃO

Quando olhamos para o cenário global, é comum observarmos a dissociação de natureza e cultura nas estratégias de conservação ambiental, as quais tendem a levar em consideração apenas o aspecto objetivo (técnico-científico) na sua feitura, menosprezando os subjetivos, relacionados a valores culturais materiais e imateriais que constroem o sentimento de pertencimento e respeito ao ambiente natural e fazem parte da formação da própria memória coletiva. Nesse sentido, nem toda relação homem-natureza é destrutiva, e esses pontos positivos de interação se constituem em ferramentas valiosas para a elaboração de políticas ambientais, estimulando a colaboração entre as entidades governamentais e a sociedade para resolver demandas relacionadas ao meio ambiente, como defende o princípio da participação comunitária, gravado no art. 225, caput, da CF/88. Como tipologia de valor cultural da natureza - termo em construção, conceituado por Érika Fernandes Pinto como aqueles que “envolvem significados simbólicos, vínculos históricos e ancestrais, bens, saberes, tradições e práticas de diferentes grupos sociais (antigos ou atuais) associados a paisagens, fenômenos ou elementos específicos da fauna, flora e geologia que contribuem direta ou indiretamente para a conservação” (FERNANDES PINTO, 2021) - temos as crenças nos seres do mundo imaginal associados às paisagens, como os personagens encantados, fantásticos e seres míticos das matas e rios, que contribuem indiretamente para a conservação, as quais são pouco exploradas e valorizadas na criação de políticas públicas de conservação ambiental, mesmo na região amazônica, onde temos tanta riqueza neste sentido.

PROBLEMA DE PESQUISA

Uma vez que tão somente aspectos objetivos são levados em consideração na formação de políticas públicas de conservação ambiental, as estratégias de preservação na Amazônia estariam sendo menos eficientes do que poderiam ser?

OBJETIVO

A pesquisa objetiva demonstrar como a valorização de aspectos subjetivos, como a crença nos seres do mundo imaginal amazônico, é uma ferramenta valiosa, mas pouco explorada, na elaboração de políticas públicas voltadas à conservação ambiental na região amazônica.

METODOLOGIA

Adotou-se uma metodologia de pesquisa desenvolvida com base na análise do disposto em artigos e leis, produções científicas, artigos e outras publicações de fontes oficiais, que versam sobre dados e estatísticas referentes aos diversos aspectos do tema.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Diante da adaptação humana à realidade urbana, o contato direto do ser humano com a natureza enfraqueceu, resultando numa crescente desvalorização cultural do meio natural, fato este que pode ser revertido com a atuação de políticas de conservação ambiental. Contudo, o Poder Público, ao preocupar-se com a preservação ambiental, peca em priorizar tão somente os critérios objetivos, se esquecendo dos subjetivos, em especial daqueles relacionados aos elementos constitutivos de um mundo imaginal (cultural) que depende da existência de um meio natural equilibrado, porque parte da ideia errônea de que para o ambiente natural ser conservado adequadamente a presença humana deve ser afastada dessas áreas. Nesse viés, conclui-se dos arts 215, 216 e 225 da CF/88 que para o pleno exercício dos direitos culturais, é dever estatal a proteção dos espaços naturais onde é formado pelos indivíduos o sentimento de pertencimento, do qual nascem e se formam vínculos culturais e memórias coletivas, que corroboram para o florescimento de um imaginário cultural originado dos elementos naturais biodiversos. Portanto, há reciprocidade: à medida que a manutenção do valor cultural da natureza depende da conservação da biodiversidade, de igual modo o interesse pela defesa da sociodiversidade amazônica, em especial do imaginário cultural, poderá trazer benefícios para a própria preservação ambiental. Logo, é relevante o uso pelas políticas públicas de conservação ambiental do critério subjetivo que diz respeito ao mundo imaginal originado da natureza. Ao avaliarmos as medidas de preservação do imaginário amazônico promovidas pelo Estado, constatamos que estas não são satisfatórias, baseando-se primariamente na manutenção de espaços de exposição, a exemplo do Museu de Folclore Edison Carneiro, no Rio de Janeiro, e da Biblioteca Amadeu Amaral, em São Paulo, entre outras poucas medidas residentes no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN. Há também projetos como o da SEDUC de Sergipe, que incentivam o ensino do tema em escolas de ensino infantil. Entretanto, tratando-se de políticas públicas específicas que busquem promover o ensino sobre os seres do imaginário amazônico, como os do folclore, como forma de conscientização acerca da preservação da natureza (construção de uma cultura de respeito e encantamento pelo mundo natural), essas medidas tornam-se ainda mais escassas, sendo possível citar não mais que a oficina cultural do Projeto Arquimedes, oportunizada pelo Governo de São Paulo, que tem por objetivo instigar a ampliação do conhecimento por intermédio de técnicas de artes e contação de histórias, combinando educação ambiental, folclore brasileiro e atitudes de preservação. Dessa maneira, é possível observar que há um desencontro das esferas da Preservação Ambiental e da Preservação Cultural em âmbito nacional, visualizando-se projetos que buscam impulsionar uma ou outra separadamente. Nesse sentido, as estratégias de conservação poderiam ser mais eficientes do que o são, na hipótese da conjugação de natureza e cultura, integrando os diferentes grupos sociais em projetos focados na expansão do conhecimento sobre o imaginário amazônico, com o fim de difundir uma cultura de respeito pelo meio natural. Poderíamos sugerir, por exemplo, na área da educação, incentivo financeiro para projetos extracurriculares que, ao mesmo tempo, expandissem o conhecimento sobre os personagens do imaginário local e sua ligação direta com a preservação ambiental, e promovessem uma experiência empírica que garantisse a participação ativa dos alunos, como em peças teatrais, em grupos de dança que usassem como enredo os elementos do folclore regional - como recorrentemente ocorre nos grupos de carimbó não-tradicional - ou por que não a criação de matéria curricular com o fim de ensinar conceitos e princípios básicos de direito ambiental, incluindo na metodologia o uso lúdico do imaginário amazônico? Na área social, poderíamos citar a promoção de oficinas culturais, ou mesmo a criação de espaços públicos onde pudesse ser difundido o uso responsável dos recursos naturais com a utilização de manifestações culturais locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP)**. [Brasília]. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/400>>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura. **Centro de Atendimento Educacional Especializado João Cardoso Nascimento Junior**. [Sergipe]. Disponível em:

<<https://www.seduc.se.gov.br/projetoEscolar/?cdprojeto=170>>. Acesso em: 04 maio de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. [2023]. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 01 de maio de 2023.

MENDES, Silvio. Folclore, Preservação Ambiental e Contação de Histórias. **Projeto Arquimedes - Oficinas Culturais do Estado de São Paulo**. SP, 2009. Disponível em:

<<http://folclorepreservacaoambiental.blogspot.com/>>. Acesso em: 4 de maio de 2023.

PINTO, E. F. **Valores Culturais da Natureza**. Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap. Brasília, p. 70. 2022. Disponível em: <<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/909>>. Acesso em:

01 de maio de 2023.